

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões de vinte e oito de abril de 2022

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, na vila de Penalva do Castelo, no edifício da Loja do Cidadão, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 13/12/2021;-----

----- 2. Tratamento dos assuntos das alíneas b) c) d) e) e f) do nº 1 do Art.º 40ª do Regimento.

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 14 de dezembro de 2021 e o dia 8 de abril de 2022, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2021, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 3. Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2022, de acordo com a Informação de Serviço n.º 397/2022, de 12 de abril, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 4. Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2022, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 5. Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 18 de novembro de 2021 e o dia 8 de abril de 2022, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 13 de dezembro de 2021, de acordo com a Informação de Serviço nº 354/2021, de 10 de maio, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezoito horas e trinta minutos, verificou-se a falta dos seguintes Deputados: António Manuel Vicente Marques, Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas, Maria de Fátima Rodrigues Marques Cunha, Ana Lúcia Fontes Nogueira, Andreia Sofia Neves de Sousa e Alfredo de Jesus Cabral -----



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFOES

Assembleia Intermunicipal

--- Verificando-se a existência de “quórum”, a Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a Assembleia.-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- **Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 13/12/2021 -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 37 deputados presentes, não tendo participado na votação os deputados que não estiveram presentes na referida sessão, nomeadamente José Manuel de Sousa Ferreira, Maria de Fátima Fernandes Lopes e André Filipe Marques da Cunha.

--- **Quanto ao segundo ponto do período de antes da ordem do Dia** – Tratamento dos assuntos das alíneas b) c) d) e) e f) do nº 1 do Art.º 40ª do Regimento-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **José Luís Gonçalves Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “No seguimento das palavras da Senhora Presidente, justificar que, hoje às 21 horas, também teremos a nossa reunião de Assembleia Municipal de Mangualde. Como tal, não podemos estar o tempo todo e, se na eventualidade, às 20 horas e 30 minutos os nossos trabalhos estiverem a ser realizados, teremos de nos ausentar. Também justificar que está inscrito o João Tiago, mas o mesmo ainda não chegou. Justificar que o João Tiago, o José Manuel e eu próprio teremos de nos ausentar para podermos estar presentes, às 21 horas, na Assembleia Municipal de Mangualde. Bem sei que se tratou de um contratempo e que a Senhora Presidente teve de fazer alterações, no entanto, não nos foi possível pedir a nossa substituição, porque quem nos poderia substituir, por inerência, também é deputado na Assembleia Municipal. Requeremos a justificação de falta a partir dessa hora”.-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Eu venho apresentar, em representação do PSD, uma moção de apelo à paz e à condenação da invasão da Rússia à Ucrânia.-----

--- *“Vivemos na europa um flagelo com efeitos mundiais, devastador, a guerra da Ucrânia, em que os nossos irmãos europeus, em pleno século XXI são privados da sua liberdade, da sua identidade, da sua dignidade, dos seus territórios e da sua vida, que condenamos veemente.*

Esta realidade deve merecer além de condenação, repúdio, pela escalada ofensiva militar russa em território ucraniano.-----

--- *A ofensiva da Federação Russa num Estado Soberano e democrático da Europa, a Ucrânia, constitui uma intolerável agressão e uma violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.*-----

Assembleia Intermunicipal



--- A invasão da Ucrânia às ordens de Vladimir Putin é uma ameaça à Europa e aos seus valores da paz, da liberdade, da tolerância e do respeito pelo próximo. -----

--- Aquilo que foi classificado pelo invasor como uma “Operação Militar Especial” está a concretizar-se em ataques às populações civis, infraestruturas sociais e de saúde, estando mulheres e crianças entre as vítimas mortais desta ofensiva, entre outros civis inocentes. -----

--- Manifestamos a nossa total solidariedade para com o povo ucraniano e populações afetadas pela guerra, num momento em que os municípios, instituições e as populações da nossa região estão fortemente empenhados em apoiar a comunidade ucraniana presente no nosso território, bem como as suas famílias e demais compatriotas. -----

--- Esta Assembleia deve apelar à crescente mobilização da comunidade internacional e ao reforço de sanções sobre a Federação Russa e sobre o círculo de poder de Putin. -----

--- Esta crise humanitária merece uma resposta solidária de todas as democracias do mundo. Quem não partilha os valores da paz, da tolerância e do respeito pelos outros povos não é merecedor dos benefícios do modo de vida Europeu. -----

--- Esta Assembleia deve apelar ao Estado Português e à Comunidade Internacional para que se reforce a ajuda humanitária e o apoio urgente às populações atingidas, bem como também na implementação de medidas adequadas à reposição da paz na Ucrânia. -----

--- Cabe ao Governo português, em articulação com os restantes países democráticos encetar todas as diligências para acolher e procurar todos os apoios políticos, económicos e sociais, para responder às famílias refugiadas neste momento dramático para a Liberdade, a Justiça, a Democracia e a Paz no mundo. -----

--- Assim propomos a esta Assembleia intermunicipal que delibere:-----

--- - Condenar veemente a invasão e agressão da Rússia à Ucrânia;-----

--- - Exigir que seja dado lugar ao diálogo e à busca do consenso necessário para pôr fim à guerra e à violência;-----

--- - Apelar ao cessar-fogo imediato e à retirada das tropas russas de solo ucraniano. -----

--- - Manifestar solidariedade com o povo ucraniano na reafirmação da sua soberania, independência, unidade e integridade territorial dentro das suas fronteiras reconhecidas internacionalmente, -----

--- - Recomendar ao Estado Português que reforce e interceda na Comunidade Internacional a ajuda humanitária e o apoio urgente às populações atingidas, bem como implemente medidas adequadas à reposição da paz na Ucrânia. -----

Assembleia Intermunicipal

--- *A paz e a solidariedade entre os povos, o respeito pelo Direito Internacional e a carta da ONU, a defesa da soberania e da integridade dos Estados e dos Povos, a vida das pessoas e ao seu direito à dignidade, à liberdade e à Paz é o que nos move*".-----

--- Portanto apresento aqui esta moção, deixo à Vossa consideração, e esperamos que todos se unam a esta vontade do PSD".-----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado André Filipe Marques da Cunha.-

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **André Filipe Marques da Cunha**, para fazer uma declaração de voto, que se transcreve: "A questão e apesar da bonomia e de algum sentido de oportunidade da moção, é meu entendimento pessoal que este tipo de assunto não se enquadra nas atribuições e competências da CIM Viseu Dão Lafões e naturalmente por isso apresentei a abstenção, obviamente que condenamos a guerra, obviamente que não gostamos daquilo que se está a passar, mas penso estamos a ir longe nas competências e atribuições na Lei e portanto daí a abstenção".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: "Queria só deixar este pequeno reparo, que não cometamos nós na descentralização os erros do centralismo lisboeta, que é achar que as pessoas estão à disposição dos Órgãos, o que é ao contrário, o que faz os Órgãos são as pessoas, e por isso, isto de nós fazermos como antigamente, no mesmo dia duas sessões destas, não dignifica este Órgão, porque este Órgão emana do outro, que já tinha marcado a Assembleia primeiro, independentemente de tudo que possa ser justificável e justificado para o adiar, só que eu sou membro da Assembleia da CIM Viseu Dão Lafões, porque sou primeiro membro da Assembleia Municipal de Mangualde. Para mim estas questões são importantes, porque se nós queremos estar próximos das pessoas, temos de nos preocupar primeiro com eles, primeiro somos membros das assembleias municipais e as assembleias municipais têm seis sessões ordinárias durante o ano, e a CIM Viseu Dão Lafões tem duas, por isso parece-me que não deverá ser assim tão difícil, compaginar duas reuniões com seis durante um ano e impedir que em catorze municípios coincida com a outra, é uma coisa que não pode voltar a acontecer, seja qual for a justificação e todas elas poderão ser justificações válidas. Senão o que é que acontece, e eu não estou a falar por mim, eu ainda me consegui desdobrar, mas a maior parte das pessoas pode não se conseguir desdobrar. Se não nos conseguirmos desdobrar temos de escolher e ao escolhermos, algum dos órgãos está a ser menos considerado, e o primeiro ponto de um Órgão é fazer-se ser considerado".-----

Assembleia Intermunicipal

--- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal, **Cilene Lindinho**, cuja intervenção se transcreve: “Eu já justifiquei porque é que adiei a reunião, porque de facto ontem não poderia estar presente nenhum representante do Conselho Intermunicipal e solicitaram-me esta alteração e eu sabia que tínhamos informado as câmaras que a assembleia era ontem, portanto as assembleias municipais foram marcadas em função disso. Já pedi desculpa por isso”.

--- A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, **Cilene Lindinho**, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.” -----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 14 de dezembro de 2021 e o dia 8 de abril de 2022, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: “Foi-vos remetida informação sobre este assunto, se qualquer um dos senhores deputados quiser saber alguma informação, façam favor de questionar”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Gonçalo Ginestal**, cuja intervenção se transcreve: “Analisando as informações que nos foram remetidas concluímos que nos últimos cinco meses a CIM Viseu Dão Lafões continua com uma dinâmica muito interessante nos diferentes domínios. Do PRR à Ecopista do Dão, da Promoção do Sucesso Educativo à Coesão Social, vários são os assuntos em que a CIM Viseu Dão Lafões está empenhada. Estranhamos neste ponto não haver uma palavra sobre a guerra na Ucrânia. É que, entretanto, os Municípios acolheram dezenas de ucranianos e gostaria de questionar se ao nível da CIM existe alguma estratégia para ajudar os municípios nesta matéria? -----

--- Depois quero aqui dar os parabéns ao trabalho da CIM Viseu Dão Lafões relativamente ao processo de antecipação de necessidades de qualificação. Este é um processo que foi pioneiro a nível nacional, numa articulação transparente entre todos os parceiros e stakeholders e no qual me orgulho ter participado há seis anos, então noutras funções. Pretendo apenas deixar aqui uma questão relativamente ao critério introduzido da especialização tecnológica e que o Sr. Secretário-Executivo nos explicasse em que é que consiste este critério”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, indo às questões colocadas relativamente à questão da Ucrânia, dar nota que, obviamente, o Conselho Intermunicipal e todos os Senhores

Assembleia Intermunicipal

Presidentes têm vindo a discutir estas questões em sede de Conselho Intermunicipal, desde o dia 24 de fevereiro que verificámos na nossa região, nas câmaras municipais, mas obviamente também do país, de uma forma espontânea todo o apoio ao povo ucraniano e foi muito o trabalho que foi feito, articulado nos municípios e com a sociedade civil, com outras organizações em cada um dos concelhos, para exatamente prestar esse apoio em bens alimentares e não só, num conjunto de ajudas e, portanto, foram muitos, nomeadamente as cargas e os camiões que saíram de cada um dos municípios para o povo ucraniano. -----

--- Logo também, desde cedo, a Comunidade Intermunicipal tem estado também a articular com o Alto Comissariado para as Migrações e para os Refugiados, todas estas questões. Articulou com os municípios, num primeiro momento, as ofertas que havia de alojamento para o povo ucraniano e foram muitos deles que vieram para o nosso território, inclusivamente para o Município de São Pedro do Sul e temos vindo, inclusivamente, porque sabemos que nesta altura há de facto também alguns abusos relativamente a estas questões, temos vindo também junto da ACT, da Autoridade das Condições de Trabalho, e já tivemos uma reunião com cada um dos municípios, a alertar cada um, que estão na primeira linha do apoio, para serem vigilantes para algumas questões que sabemos que nesta altura são de facto alguns abusos que há, há com todos, mas quando há estas situações, elas intensificam-se, portanto tem havido aqui um acompanhamento, uma análise e em cada um dos Conselhos Intermunicipais, onde essas questões são discutidas e articuladas entre cada um dos Senhores Presidentes de Câmara.

--- Segunda questão, relativamente à questão que foi colocada do SANQ, de facto a CIM, o Senhor Deputado disse e bem, fomos a primeira Comunidade Intermunicipal piloto, a nível nacional, a iniciar o processo do SANQ e ordenamento da Rede de Cursos Profissionais. Fizemo-lo em 2015/2016, hoje esse processo, fruto também desse desafio e desse arrojo que teve a Comunidade Intermunicipal, um trabalho articulado que fizemos com todas as escolas, com cursos profissionais da região, sejam elas agrupamentos de escolas ou escolas profissionais, mas também um trabalho que fizemos com as entidades empregadoras, começámos a fazer o ordenamento da rede de cursos profissionais. Temos sido, há dois anos a esta parte, críticos, com uma crítica construtiva relativamente à questão dos critérios que estavam subjacentes ao ordenamento da rede e, portanto, há um conjunto de critérios para a rede, passar na ANQEP e passar na DGEST, que tem a ver com um conjunto de cursos, tem a ver com o peso do ensino privado e também do ensino público e fomos críticos, uma crítica construtiva, que em determinado momento foi colocado inclusivamente numa reunião com o Senhor Secretário de Estado, hoje Ministro da Educação, relativamente a que entendemos que aqueles critérios

Assembleia Intermunicipal

estavam um bocadinho feitos a régua e esquadro, e que dentro dessa perspetiva, prejudicava muito os territórios de baixa densidade, como o nosso e dentro dessa perspetiva foi feito alguns ajustamentos já no ano letivo anterior. Nós, há dois anos, tivemos muita dificuldade em concertar a rede porque estávamos muito acima do nível dos desvios e o território e os nossos alunos foram prejudicados. Este critério foi introduzido de novo, este ano, de especialização tecnológica, tem muito a ver com as características dos cursos que são ministrados por cada uma das escolas, e, portanto, conseguimos, adaptámos, neste primeiro momento a esse mesmo critério e penso que este critério tem um bocadinho a ver com o futuro e com o trabalho que está previsto realizar, nomeadamente, por parte do Ministério da Educação, suportado muito no PRR para criar dentro de algumas escolas da nossa região, os centros tecnológicos. Portanto, este é o primeiro embrião para que de futuro possam também começar a ser medido e ter um peso importante na concertação da rede o cariz tecnológico de cada um dos cursos que são ministrados nas nossas escolas. Mas é importante aqui dizer que nós fizemos o SANQ, portanto, o aprofundamento regional entre a oferta formativa e as necessidades do nosso tecido empregador, já foi há cinco anos atrás, o mundo mudou muito e a região, obviamente, também mudou, principalmente nos últimos dois anos, e também dar essa nota, a CIM vai este ano fazer novamente o SANQ, fazer a atualização exatamente das necessidades do tecido empregador da nossa região para voltarmos a fazer o ajustamento da oferta formativa, porque vivemos e temos sido, inclusivamente a CIM confrontada com muitas empresas que têm comunicado à Comunidade intermunicipal algumas necessidades que existem ao nível de determinados tipos de competências, não é de cursos, nem de formação, as empresas falam muito em competências e portanto nós vamos fazer a atualização do SANQ este ano, para tentar haver mais um ajustamento e elencagem entre o que é a oferta formativa das nossas escolas e o que são as necessidades das nossas empresas". -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2021, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: "De uma forma rápida queria só fazer um resumo do que tem sido a atividade da Comunidade Intermunicipal no último ano. Vou entrar em algumas partes com alguns

Assembleia Intermunicipal

pormenores, porque acho que também é importante, também estamos a iniciar a segunda Assembleia de um novo mandato autárquico, há também muitas caras novas, muitos senhores deputados e senhoras deputadas que estão pela primeira vez nesta Assembleia Intermunicipal, e, portanto, é importante aqui falar um bocadinho do trabalho da Comunidade e o que tem vindo a trabalhar ao longo dos últimos anos. -----

--- Foi distribuída toda a documentação relativamente à prestação de contas, e, portanto, o relatório de gestão é um relatório denso, com muitas páginas, mas também com muita informação, com muito pormenor, com muito relato fotográfico de muitas atividades que a Comunidade Intermunicipal tem realizado ao longo do ano e, portanto, é um relatório que também, tem sido essa preocupação e é sempre assim, a Comunidade Intermunicipal ao longo dos últimos anos também dar toda a informação, informação sistematizada, para que os senhores deputados tenham acesso a toda a informação e a todas as atividades que são desenvolvidas pela CIM, e, portanto, relativamente a isto há um parte mais instrumental do documento, que tem a ver com a organização e gestão interna da CIM onde damos a conhecer todo o número de reuniões do Conselho Intermunicipal que são realizadas. Dar nota que o Conselho, ordinariamente, reúne uma vez por mês, mas reúne quase sempre duas vezes por mês e muitas vezes, ainda, três vezes por mês. -----

--- Tivemos neste ano de 2021 também muita necessidade de a Comunidade Intermunicipal dotar a sua estrutura e os seus postos de trabalho com muito equipamento informático, fruto também, do ano de 2020 e 2021, nos primeiros meses do ano, logo a seguir ao Natal, a 15 de janeiro, que entrámos num novo processo de confinamento, grande parte da Comunidade teve, em grande parte do ano, em regime de teletrabalho, tendo em conta as necessidades e os sistemas de informação, nomeadamente da parte dos fundos comunitários, houve também aqui, obviamente, a necessidade de dotar os serviços e os postos de trabalho dessas condições tecnológicas para poderem desenvolver o seu trabalho nas melhores condições. -----

--- Uma preocupação que nós também temos, e que é uma preocupação, também, de grande parte das organizações, sejam elas públicas ou privadas, é de facto dar a conhecer o que a CIM faz e o trabalho que faz no território, na região e com todos os atores, e, portanto, a CIM tem desde logo um site que está sistematizado e organizado em que qualquer pessoa pode aceder ao site e a partir daí ter um conjunto de informação dos vários projetos que a Comunidade Intermunicipal tem. Este site foi atualizado há cerca de um ano e meio atrás e fizemos uma atualização muito com base naquilo que são hoje as ferramentas de acesso a informação e que é a mesma ferramenta, que usam os sites da AMA e da Modernização Administrativa e temos

Assembleia Intermunicipal

também, obviamente, um conjunto de notas de imprensa onde damos a conhecer o trabalho que vamos fazendo e temos vindo a apostar, porque é normal que assim seja, muito no digital, muito também nas redes sociais, porque é um canal que hoje cada vez mais de informação para vários públicos. Temos a Revista Beira Alta, que veio do processo de universalidade da Assembleia Distrital de Viseu, uma revista que a Senhora Diretora é a Dra. Fátima Eusébio, e temos vindo aqui a dinamizar e a conseguir tentar recuperar este importante espólio que temos e principal ativo que herdámos da Assembleia Distrital de Viseu, mas também lhe dando uma nova modernidade. Relativamente a isso há também um site e uma informação da Revista Beira Alta, onde digitalizámos um conjunto importante de revistas, desde a sua origem e que hoje é muito consultado por alunos, por investigadores, que acedem a essa informação e que não precisam de ter em formato papel, e podem consultar esses artigos no nosso site, portanto, obviamente, respeitando a sua história, a sua origem e a sua missão, demos-lhe também uma nova modernidade, e adaptar a Revista Beira Alta aos novos tempos, muito também do trabalho que a Senhora Diretora, Dra. Fátima Eusébio, tem vindo a realizar. -----

--- Dentro do processo de modernização administrativa, a CIM desde quase há dez anos a esta parte que fez uma aposta muito clara em ter uma estratégia de modernização administrativa à escala intermunicipal sobre o mote Um Modelo Catorze Municípios, e foi assim também durante o ano de 2021, com mais um projeto intermunicipal que rondou os três milhões de euros, projeto este que apontou muito na reengenharia, na desmaterialização dos processos, na interação entre o município, as empresas e cada um dos municípios em várias áreas, na área da gestão de ocorrências, na área social, na área da faturação eletrónica, nos serviços de capacitação de resiliência e cibersegurança, que é também hoje muito importante, um problema que temos de acesso a dados e informação, e portanto, hoje temos em cada um dos municípios, e quando se entra em cada um dos sites dos municípios, temos uma plataforma que é o Balcão Único Online, que é o portal do município, em que o município acede a esse portal e tem logo um conjunto de serviços, em que tem toda a sua interação desmaterializada com a Câmara Municipal, e portanto, desde toda a interação do processo urbanístico pode ser feita por via digital e temos inclusivamente vários emails que têm sido dirigidos a algumas câmaras municipais e à CIM, curiosamente a Câmara Municipal de Carregal do Sal que foi até um dos exemplos no âmbito da desmaterialização do urbanismo que apresentámos em São Pedro do Sul, como um caso de sucesso, vários projetistas, vários arquitetos, a dar os parabéns ao município e à Câmara Municipal por toda esta desmaterialização e o município que tem essa informação, tem informação online e vai tendo o acesso à informação do seu serviço. -----



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFOES

Assembleia Intermunicipal

--- O urbanismo é um desses serviços, mas temos aqui a interação com o portal do munícipe, é feito através da chave móvel digital ou através do cartão de cidadão, e temos completamente esse acesso desmaterializado. Tivemos também aqui, obviamente, um fator que acelerou, que foi o processo do Covid19, e o fato de muitos serviços da câmara terem estado encerrados em 2020/2021 também despoletou esta questão e a disponibilidade das pessoas para este tipo de serviços, foi quase parecido com a questão das plataformas de videoconferência. -----

--- Associado a estes projetos de modernização administrativa também temos todos os projetos associados à capacitação dos profissionais da Administração Pública Local, leia-se técnicos de cada uma das câmaras municipais, em que temos um plano de capacitação de formação na área tecnológica, na área dos recursos humanos, ou do ponto de vista jurídico ou da contratação pública. Importante aqui também centralizar esse processo à escala intermunicipal, que já é feito também há muitos anos a esta parte e com muitos bons resultados -----

--- O processo que iniciámos no ano de 2021, que era uma grande ambição do território, e que era reclamado pelos Senhores Presidentes de Câmara, já alguns anos a esta parte, tinha a ver com o cadastro do território. Esta questão acelerou na altura em que tivemos os incêndios em 2017, ainda tentámos ser o projeto piloto em 2019, nessa altura não foi possível, mas depois a partir daí houve um projeto nacional, um projeto que foi lançado pelo Ministério da Coesão, também pelo Ministério da Justiça, na perspetiva de realizar o Balcão Único do Prédio no Sistema de Informação Cadastral. Dar nota relativamente a isto, que a CIM também desde o primeiro momento teve a decisão política, dos catorze Presidentes de Câmara, em que este processo fosse feito à escala intermunicipal, à escala dos catorze municípios, para ter uma perspetiva também de integração e uma perspetiva de capilaridade que era essencial neste tipo de processo. Dar nota que instalámos em junho os balcões físicos em cada uma das câmaras municipais, com uma sessão que foi feita em São Pedro do Sul, e também temos os balcões itinerantes, nós temos dezoito viaturas que andam no terreno todos os dias, temos 34 técnicos que foram contratados pela Comunidade Intermunicipal que andam em cada uma das freguesias a fazer este trabalho, a fazer ações de sensibilização, a dar explicações, a registar matrizes, a colaborar com os Senhores Presidentes de Junta, portanto, a necessidade aqui, porque entendemos que um fator crítico do sucesso para a implementação deste projeto era de fato a proximidade com as pessoas, a proximidade com os munícipes e por isso entendemos que era fundamental ter os balcões e as equipas móveis em cada um dos municípios -----

--- A CIM tem tido, de fato, ao longo dos últimos anos, muitos projetos que são liderados pela CIM, em cada um dos municípios, mas temos também muitas áreas de intervenção com os

Assembleia Intermunicipal



atores da nossa região e em qualquer projeto que a CIM intervenha, seja ele da área da educação, que são muitos, sejam eles da área social, ou da área da proteção civil intermunicipal da defesa da nossa floresta, ou da área do emprego e das empresas e do empreendedorismo, é importante concertar esses projetos no território com os agentes que estão na região. Portanto, temos uma forma de trabalhar, de alguns anos a esta parte, que se prende muito com uma plataforma de cooperação institucional, onde a CIM com os atores e com a região discute os projetos, sempre numa lógica de complementaridade, e nunca numa lógica de sobreposição. É estratégico, e importante para nós, haver este alinhamento com as instituições da região para que de fato não haja sobreposição de projetos, e a CIM aparecer como facilitador e alavancar as intervenções que hoje já são feitas. -----

--- Também tivemos, um processo que já vem de algum tempo a esta parte, o processo de descentralização de competências, que a CIM e os catorze municípios delegaram na Comunidade Intermunicipal, porque tem de haver o acordo expresso das catorze câmaras municipais, nomeadamente no âmbito da promoção turística, no domínio da captação de investimento, na área da educação e da saúde e da ação social, dando nota aqui que estas três áreas, são áreas muito instrumentais e, portanto, são áreas que não têm, só para termos uma ideia, na educação as competências que passaram para a CIM são aquelas que a CIM já fazia antes. Por exemplo, o ordenamento da rede de cursos profissionais e também a questão do transporte escolar, que passou para as comunidades intermunicipais. -----

--- Um bom momento do ano de 2021 é, de facto, a CIM ter conseguido captar para o território o Centro Europe Direct para a nossa região. Fizemos uma candidatura vencedora, o Centro Europe Direct está instalado na Casa do Adro, no centro histórico de Viseu, é uma antena de Bruxelas, mas é bom dizer, que é uma antena de Bruxelas que está ligada também ao sistema científico e tecnológico, às nossas empresas e às instituições e que faz as duas regiões do País. Esta antena cobre a região Viseu Dão Lafões e cobre também a região de Aveiro. Antes de maio de 2021 era ao contrário, o Centro estava na cidade de Aveiro, já lá estava há cinco anos, e a fazer a nossa região. Agora, através de uma candidatura feita diretamente à Comissão Europeia, captámos esse Centro para a nossa região. São muitas as atividades que temos vindo a desenvolver, muitas atividades ancoradas com a nossa Rede Intermunicipal de Bibliotecas, nomeadamente ao nível da exposição, temos vindo a trabalhar muito com os alunos, muito com as escolas, um projeto ligado também à questão do Greendeal, que é hoje também a grande discussão da Europa, o futuro da Europa. Temos feito muitas conferências e temos ido muito às escolas para a construção do projeto europeu e com muitos alunos de tenra idade, tem sido um

Assembleia Intermunicipal

projeto “O Euro vai à Escola” que é de facto um conjunto de atividades que temos vindo a desenvolver com vários níveis de ensino para também haver aqui uma identidade dos nossos alunos, desde tenra idade com o projeto europeu, portanto, aqui o Centro Europe Direct foi de facto, estão aqui alguns exemplos, exposição de economia europeia, o seminário “A Europa também é Minha”, a iniciativa da falta de apoio ao emprego, do Greendeal, e portanto, tem sido muito também as atividades que temos vindo a desenvolver, muito também ancorado nisto que é a Rede Intermunicipal das Bibliotecas, as bibliotecas municipais que temos agora um trabalho em rede com cada uma delas, para também concertar intervenções. -----

--- Uma intervenção que também fizemos, que já vem de há dois anos a esta parte, foi de facto a intervenção da estrada de Germil, que passámos lá agora e está quase pronta para ser inaugurada, numa obra intermunicipal, que liga o Município de Mangualde com o Município de Penalva do Castelo. -----

--- Obviamente a CIM também, e nomeadamente mais da parte dos Senhores Presidentes, tem vindo a acompanhar junto do Estado Central, da Administração Central e do Governo, um conjunto de projetos importantes e estratégicos para a nossa região, como seja, a requalificação do IP3, a modernização da Linha da Beira Alta e também o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, nomeadamente o processo que já vinha do passado, que a CIM inclusivamente, na altura, sinalizou esse montante, quer a renovação do serviço de urgência, e mais recentemente a questão relacionada com o Centro Oncológico. -----

--- No domínio do turismo, dar uma nota, que é uma área que a CIM tem feito um trabalho, de algum tempo a esta parte, há já muitos anos, com os seus catorze municípios, mas também com o Turismo Centro de Portugal, com os privados da restauração, do alojamento, das empresas de ativo, um trabalho muito ancorado naquilo que designamos os Projetos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal, o Turismo de Natureza, o produto Gastronomia e Vinhos, o Turismo Cultural e os eventos e a saúde e o bem-estar, e portanto, uma aposta muito clara aqui, combinação cruzada entre os recursos, os recursos valem por si, mas valem muito mais se nós tivermos esta capacidade de fazermos a combinação cruzada entre eles, fazer a estruturação do produto e depois estruturar a oferta e vender essa mesma oferta. Estamos a trabalhar o enoturismo, uma área importante e estratégica para o território, estamos a trabalhá-lo com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, e também com associações do setor, como é a AHRESP, e, portanto, também aqui uma área importante que é a capacitação do sistema turístico para qualificar a oferta. Nós vamos lançar ainda este ano o projeto Best Wine Selection, para exatamente capacitar os agentes privados neste domínio. Estão aqui algumas ações que

Assembleia Intermunicipal

desenvolvemos no enoturismo ao nível da capacitação e atividades que desenvolvemos com a CVR Dão, assim como no período Covid19 lançámos a Feira do Vinho do Dão Digital. Temos também aqui ligado à questão da gastronomia, e mais uma vez aqui a capacidade de fazer a combinação com outros projetos, nomeadamente associações de desenvolvimento local, com uma parte do Mapa dos Segredos Gastronómicos, e, portanto, podemos ver também aqui no domínio do Turismo de Natureza, uma aposta muito clara no Turismo de Natureza que entendemos que é um dos principais ativos.-----

--- Temos a Ecopista do Dão, que é hoje uma das principais portas de entrada na região, vamos ter a Ecopista do Vouga, esperamos que ela esteja concluída até ao final do mês de outubro, que vai fazer a ligação a Viseu, atrás do Tribunal, ao Dão, que depois vai para a zona de Lafões e temos vindo também aqui na sinalização de percursos pedestres, nós temos 1700 quilómetros sinalizados de percursos pedestres, circuitos de trail e circuitos BTT, em que estes 1700 quilómetros estão devidamente homologados nas respetivas federações, e, portanto, são percursos e são circuitos que estão homologados na nossa região e hoje temos esta plataforma e este site visiteviseudaolafoes onde podemos, de facto, programar a nossa visita na nossa região com vários recursos que nós temos. Trabalhamos também, obviamente, a Ecopista do Dão que já falei e Ecopista do Vouga, que está numa fase de construção, e também fomos capazes de criar um novo produto, que são as BikeRoads, as Subidas Épicas, em quatro concelhos. Somos capazes de pegar num ativo e num produto endógeno da nossa região, que são as estradas de montanha e através das estradas de montanha trabalhar o produto turístico e, portanto, hoje temos a subida de São Pedro do Sul, da Arada, temos Montemuro e Castro Daire, temos o Caramulinho e Tondela e Adsamó e Vouzela que são as Subidas Épicas que estão sinalizadas e com uma grande capacidade de atração. Para dar nota, nós já fizemos dois desafios desde que lançámos estas subidas e tivemos centenas de pessoas que vieram fazer estas subidas, ciclistas muito profissionais, que vieram de várias partes do mundo, não só da nossa região, poucos, mas muitos fora da nossa região e que vieram para o território, trouxeram as suas famílias e, obviamente, também geraram valor económico, no alojamento e na restauração.-----

--- Um novo projeto que vamos agora começar a desenvolver são as Aldeias da Serra do Caramulo, também com três municípios, Vouzela, Tondela e Oliveira de Frades, e temos também vindo a trabalhar o Turismo Cultural, temos o roteiro patrimonial, estruturámos a oferta do roteiro patrimonial, e relativamente a este roteiro temos também vindo a apostar muito na qualificação dos técnicos das câmaras municipais, que estão nos museus, que estão nos




COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Assembleia Intermunicipal

municípios, e também aqui fazer algum benchmarking dentro de cada um deles, para na receção ao turista. Temos a Rede Cultural, que tem vindo também a animar os territórios ao longo do verão, uma atividade que iniciámos com o projeto da Viagem do Elefante, com muito sucesso e que é um projeto para continuar. Dentro do Turismo Cultural temos uma nova camada, que é o Megalitismo, que temos vindo a trabalhar, num projeto que foi financiado pelo programa Valorizar, e aqui, uma decisão também dos Senhores Presidentes, tendo também em conta a importância deste ativo e aquilo que pode representar para o território em termos de alavancar a notoriedade da região, a CIM vai começar a preparar a classificação deste património como Património Mundial da Unesco, porque, obviamente, temos indicações, nomeadamente da Academia, que o território tem todas as condições para ter uma candidatura e essa candidatura ser vencedora.-----

--- Também a aposta no Turismo Criativo, associado a isto e depois uma aposta que fizemos e que foi comum ao nível do Centro, que foi colocar o nosso território como um território acessível ao turismo e trabalhamos um produto, o Turismo Acessível. Obviamente que isto também tem uma componente grande de comunicação, têm vindo muitos jornalistas para a nossa região, muitas press trips, muitas fam trips, para escrever sobre o território, sobre a região. No último verão lançámos a campanha O verão é aqui, como um destino seguro para o nosso território, está agora a fazer um ano, foi em maio de 2021, para, também, com os privados trazer pessoas para a nossa região.-----

--- Uma aposta também no projeto F4F em que o chefe de fila deste projeto é a Universidade de Coimbra, numa aposta que temos vindo a fazer na valorização económica dos nossos recursos e, aqui, num primeiro momento, na valorização da Pinha e do Pinhão. Na outra área da valorização económica dos recursos, também o projeto da valorização da Fileira do Queijo da Serra da Estrela, que também temos vindo a trabalhar. -----

--- Outra área importante e estratégica é de facto, a Proteção Civil Intermunicipal e a defesa da nossa floresta. Têm sido muitos projetos que temos vindo a desenvolver com o comando territorial da GNR, com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, com o ICNF, num projeto integrado, onde, obviamente, se destaca a nossa Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, onde temos catorze estações meteorológicas a debitar informação e temos toda a cartografia de risco nesta plataforma, como seja a escassez de água, como seja a erosão dos solos e esta plataforma tem inclusivamente um estudo da caracterização dos grandes incêndios florestais nas últimas três décadas, que ajuda também à tomada de decisão no teatro das operações. Criámos um Gabinete Técnico-Florestal Intermunicipal e temos também os nossos

sapadores florestais. Temos, neste momento, um projeto que está a decorrer, que é o Sistema Integrado de Videovigilância da nossa floresta, câmaras que vigiam a floresta, e que temos neste momento, das nossas dezassete câmaras, já temos onze câmaras instaladas, três instaladas até ao verão de 2021, que já estiveram a debitar informação para a sala de controlo da GNR, e, portanto, um projeto que também temos integrado com a nossa congénere da CIM de Coimbra.

--- Temos o projeto Life Landscape Fire, que é um projeto internacional, que foi o único aprovado pela Comissão Europeia, neste vertical da defesa e da resiliência da floresta, e estamos a fazer muito trabalho, nomeadamente ao nível dos técnicos de fogo controlado. A técnica de fogo controlado é uma técnica hoje boa para prevenir e proteger a nossa floresta. Nós tínhamos três técnicos de fogo controlado na nossa região, portanto não estávamos independentes, hoje temos vinte e cinco técnicos credenciados de fogo controlado e setenta e cinco operacionais de queima, um projeto que também temos vindo a desenvolver.-----

--- Temos vários projetos europeus neste domínio da floresta, outro é o Sistema de Alerta Prematuro de Gestão de Secas e Erosão do Solo, temos o nosso Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas onde também temos muitas ações de dinamização nas escolas, ligadas a esta temática das alterações climáticas e outro é um projeto europeu, que temos dois municípios piloto, Carregal do Sal e Vouzela, que são zonas protegidas, um projeto piloto em que fizemos um conjunto de plantação de espécies autóctones, em que a rega dessas espécies está a ser feita através de coletores de neveiro, que é uma técnica moderna e que estamos a testá-la no nosso território.-----

--- Mais uma vez o território também organizado no combate à vespa velutina, numa candidatura intermunicipal e outro projeto ligado à estruturação do mercado institucional as nossas Cantinas Verdes, temos claramente identificado um mercado institucional de alimentos para começarmos a introduzir, e tentar introduzir em cada um dos municípios e das cantinas uma refeição que tenha produtos que tenham a ver com os circuitos curtos de comercialização dos nossos produtores.-----

--- Um projeto ligado à promoção do empreendedorismo, uma área que a CIM trabalha também já a algum tempo, trabalho com o ensino científico e tecnológico, trabalha também, obviamente com a Associação Empresarial e também com a Associação Nacional de Jovens Empresários. --

--- Dentro da estratégia de captação de investimento, e que tivemos inclusivamente também essa competência, a CIM está a preparar todo esse processo e tem já uma estratégia e um plano de ação para a captação de investimento que iremos fazê-lo de uma forma articulada no território, com as nossas empresas, com a Associação Empresarial e também com o AICEP.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Criámos, numa iniciativa do governo, uma Rede de Espaços de Coworking, de teletrabalho, em que estão vários municípios, para também tentar captar aqui pessoas para o território, nomeadamente os nómadas digitais, e temos os projetos ligados à educação. Hoje a CIM tem muito trabalho com as nossas escolas, com os agrupamentos das nossas escolas, são muitos os projetos de promoção do sucesso educativo, alguns exemplos, temos o nosso Autocarro das Ciências, que é o nosso Laboratório Móvel, que é aquilo que nós falamos “o aprender brincando”, ligado à codificação, ligado à robótica, é de facto a nossa coqueluche quando chega a uma escola, temos também os projetos ligados ao empreendedorismo, temos a exposição das alterações climáticas com um balcão das ciências, temos um projeto novo, que iniciámos este ano, que é o projeto No Poupar é que está o Ganho, que foi uma nova introdução que é de literacia financeira, para ensinar os nossos alunos do valor do dinheiro, da importância da poupança, de um orçamento familiar e que é um projeto que avançámos este ano letivo. Outro projeto, numa parceria com a Ordem dos Médicos Dentistas e com a Ordem dos Nutricionistas, um projeto que vai iniciar esta próxima semana, que é um projeto Comer Bem Sorrir Melhor ligado a questões de saúde oral e de alimentação saudável. E outra questão, que há pouco o Senhor Deputado Gonçalo Ginestal também falou, que é a concertação da Rede de Cursos Profissionais. -----

--- Iniciámos também no ano de 2021, mais uma vez um projeto intermunicipal, porque damos sempre muita primazia a esta articulação intermunicipal dos catorze municípios, que foi um projeto ligado à igualdade de género, o +Iguar Viseu Dão Lafões, que está neste momento a desenrolar-se em cada um dos municípios, em que vamos ter catorze planos de igualdade em cada um dos municípios e depois um plano intermunicipal. -----

--- Uma outra candidatura, que ainda não temos resultado dela, tem a ver com as Unidades Móveis de Saúde, fizemos uma candidatura ao PO que ainda não tivemos resposta, e temos a área dos Transportes e da Mobilidade. Eu já referi isto algumas vezes, os transportes e a mobilidade é de facto uma área muito difícil e muito crítica da Comunidade Intermunicipal. Muitos Senhores Deputados poderão não ter esta noção, mas a CIM gere toda a rede de transportes da região, com exceção da Rede Expressos, de resto gerimos todas as carreiras, o transporte escolar está todo na Comunidade Intermunicipal. A rede municipal, por delegação de competências dos municípios, é a CIM que gere, a CIM gere carreiras inter-regionais que passam também de uma fronteira de uma CIM para outra, desde que essa tenha mais percentagem de quilómetros no nosso município, na nossa região, é a CIM que a gere, e gere todas as linhas intermunicipais. Dar nota que a rede de transportes é deficitária, os municípios

Assembleia Intermunicipal

pagam muitas obrigações de serviço público destas carreiras, o relacionamento com os operadores, muitas vezes, não é fácil, aliás é muito difícil, nomeadamente depois do período de Covid19 e a CIM também atenta a isto lançou um projeto piloto, que foi um projeto de transporte flexível, projeto a pedido, projeto Ir e Vir, um projeto que se iniciou em seis concelhos, que vai agora, a meio de maio, passar para os restantes oito concelhos, que é um projeto de transporte a pedido, baseado no serviço de táxi, e, portanto, fechámos todas as redes que temos com cada um dos municípios, acabámos na outra semana em Aguiar da Beira de fazer a reunião com os últimos taxistas, temos já vários contratos assinados com os taxistas, e, portanto, é um projeto que vai ser escalado. Nós no projeto piloto tínhamos só seis municípios e o transporte flexível não funcionava todos os dias, funcionava à segunda, ou à quarta ou à sexta, em função da feira semanal, alguns circuitos que foram testados com os municípios, nós agora vamos ter todos os dias de semana, vamos ligar sedes de concelho, e não só dentro de cada um dos municípios, inclusivamente vamos fazer a ligação com a CP e com a Linha da Beira Alta, e, portanto, é um projeto cada vez mais robustecido, porque acreditamos e os resultados do piloto fazem-nos de facto acreditar nisso, que cada vez mais o transporte flexível a pedido, tem de se assumir como complementar à carreira pública de transporte de passageiros, porque conseguimos servir a população, nalgumas zonas de baixa densidade, onde inclusivamente não passa a carreira pública e a um custo muito menos oneroso. Também uma aposta muito clara na mobilidade suave, numa candidatura conjunta, em que temos expectativa de construir cerca de trinta e oito quilómetros de ciclovias ou vias pedonais no perímetro urbano de cada um dos municípios. -----

--- E depois uma das principais áreas de trabalho da Comunidade Intermunicipal, que é de facto a nossa Assistência Técnica, o trabalho do organismo intermédio da gestão de fundos comunitários, que, de todo o trabalho que se faz na Comunidade Intermunicipal, do apoio aos municípios mas também do apoio às nossas empresas, é bom dizê-lo, ainda recentemente fizemos um conjunto de contratos, no âmbito do Programa de Apoio à Produção Nacional, na área do turismo e na área da indústria extrativa e transformadora, em que apoiámos em oito milhões de euros as microempresas da nossa região, com investimentos até cerca de duzentos e trinta e cinco mil euros. -----

--- Trabalhámos, também no ano de 2021, inclusivamente veio aqui à discussão à Assembleia, a nossa preparação da estratégia para o próximo período de programação comunitária. Estamos agora à espera do processo negocial, da aprovação do acordo de parceria entre o Estado Português e Bruxelas, a que se seguirá depois uma negociação entre a Comunidade



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Assembleia Intermunicipal

Intermunicipal e as Regiões e cada um dos PO's financiadores, onde depois vamos à parte mais fina de discutir onde vamos alocar os recursos e quais é que são os projetos que a Comunidade Intermunicipal e cada um dos municípios vai desenvolver. -----

--- No âmbito do PRR, têm vindo vários avisos lançados. Dar nota de uma posição que a CIM tem, é uma posição técnica e também é, obviamente, política, que é a posição pública relativamente a isso, entendemos desde o primeiro momento, e o tempo está-nos a dar razão, que o PRR deve descer a uma escala mais regional, percebemos que ele deve ter uma voz de comando, uma centralização, de facto, em Lisboa, mas que deve, em termos da execução, ela deve, até para uma maior facilidade na sua gestão, deve-se adaptar e deve ser também, aquilo que nós chamamos, a regionalização do PRR. Houve uma posição conjunta da nossa Comunidade Intermunicipal e das restantes sete, que a nossa CIM liderou, exatamente a pedir uma governança regional do PRR, porque entendemos que temos ganhos efetivos relativamente a isso e relativamente à gestão, e, portanto, também temos feito sentir ao Governo, nós e outras Comunidades Intermunicipais, essa mesma preocupação. -----

--- Do covid19, que já vem desde o ano de 2020, e que se prolongou durante o ano de 2021, reforçar aqui o trabalho que os municípios fizeram, que os Senhores Presidentes fizeram, que estiveram sempre na linha da frente do combate ao covid19, desde março de 2020, no apoio às instituições, no apoio à população, no apoio às IPSS's, mas também é importante aqui dizer, o trabalho de coordenação que foi possível fazer com a região, com a Proteção Civil, com a saúde pública, também com o Coordenador Regional que foi nomeado pelo Governo para esta articulação, o ex-Secretário de Estado, João Paulo Rebelo, mas aqui reforçar de facto este trabalho que os municípios e os Presidentes tiveram na linha da frente e no ano de 2021, de facto, destaca-se os centros de vacinação que foram disponibilizados por todos os municípios, na gestão e com muito pessoal afeto, que facilitou também que na nossa região tivesse sido um sucesso o processo de vacinação. -----

--- Relativamente às contas, propriamente ditas, dar aqui um dado que, relativamente ao total de balanço, ele apresenta cerca de dez milhões de euros, o total de balanço da Comunidade Intermunicipal. Dar nota também, que das contas os ativos fixos tangíveis, de facto, o que temos lá é muita obra infraestrutural ligado também à nossa sinalética turística, também à obra da Ecopista do Vouga, da parte dos ativos, o nosso sistema de videovigilância, por isso também o aumento na conta do ativo, em função também deste investimento, e portanto, no âmbito também do passivo, não há nada a registar, relativamente a esta rubrica, coisas normais, nomeadamente na rubrica de dívidas de clientes, que são muitos protocolos que temos com os

Assembleia Intermunicipal

municípios, e muitas dívidas que vêm, que foram sanadas no final do ano, que foi a nível do Serviço Público de Transporte de Passageiros, nomeadamente o Fundo Ambiental que transfere as verbas do PART e do ProTrans e, portanto, nós passámos com a rubrica de disponibilidades num montante elevado em caixa, porque muitas transferências que foram feitas, pela Administração Central do Estado, foram exatamente feitas no dia vinte e nove e no dia trinta de dezembro, com um peso muito significativo na área dos transportes, nomeadamente do Fundo Ambiental. Ao nível da demonstração de resultados, passamos com um resultado líquido, mas isso é o que menos interessa numa instituição pública, como é a Comunidade Intermunicipal. Um peso que continua a ter e que se percebe que tenha que ser assim, tem que ver com a componente de externalização de serviços, de fornecimento de serviços externos, um peso que sobe em função dos trabalhos que a CIM tem, dos projetos comunitários e que tem necessidade de externalizar grande parte desses serviços e grande parte desses projetos. Os custos com pessoal também subiram em função também da capacitação e da necessidade de reforçar a Comunidade Intermunicipal, o seu Mapa de Pessoal, desde logo os nossos sapadores florestais, as equipas que nós temos, duas brigadas de sapadores florestais e, portanto, dar aqui nota relativamente aos resultados da CIM.-----

--- Em termos de execução orçamental, obviamente que a execução orçamental, a CIM trabalha muito na lógica do projeto e na lógica dos fundos comunitários e, portanto, a execução, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, é muito sentida pela execução desses projetos, pelas aprovações desses mesmos projetos, a CIM tem que sinalizar no orçamento a sua candidatura, depois está à espera da aprovação da candidatura, muitas vezes as candidaturas não são aprovadas nos timings que nós desejaríamos, obviamente aí atrasa a execução e este ano de 2021 é também a execução marcada pelo Covid19, em que tivemos projetos parados muito tempo, nomeadamente na área do turismo, na área da rede cultural, em que só os conseguimos desenvolver lá mais para o final do ano. A despesa de capital de investimento é exatamente esses mesmos resultados. Depois passamos, em termos de mapa de fluxo de caixa, passamos com um saldo final da gerência que ronda os 2,4 milhões de euros, em que depois este saldo de gerência também está explicado a sua aplicação no nosso mapa de revisão orçamental.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: “Depois desta exaustiva demonstração das atividades da CIM Viseu Dão Lafões 2021 e para não repetir tudo aquilo que já foi dito nas assembleias anteriores, permitam-me apenas destacar alguns projetos e atividades que foram iniciadas no ano de 2021: -----

--- - Projeto de Igualdade de Género, em que a nossa CIM foi das primeiras do país com um



Assembleia Intermunicipal

projeto nesta temática e muito importante; -----

--- - Formação dos colaboradores municipais numa ótica transversal das diversas preocupações, dos diversos municípios;-----

--- - BUIPI - Balcão Único do Prédio, envolvendo os 14 municípios e com equipas móveis em cada um deles e itinerância por todas as freguesias;-----

--- - Centro Europ Direct, que desde há 5 anos estava na região da Aveiro e que graças a uma candidatura a CIM conseguiu trazer para Viseu e que trabalha com esta região e com a região de Aveiro e que tem como objetivo aumentar o conhecimento dos cidadãos europeus sobre a União Europeia;-----

--- - No âmbito do Turismo, realço o programa do Enoturismo em parceria com a CVR Dão e através de uma candidatura ao programa Valorizar do Turismo de Portugal, a questão das Subidas épicas em ciclismo, aproveitando as nossas serras e divulgando o nosso património natural, a Rota do Megalitismo, também do nosso património cultural, e que muito nos diz, uma candidatura ao referido programa VALORIZAR e em parceria com o município de Sever do Vouga, o F4F - Forest For Future, a valorização da pinha e do pinhão, os nossos produtos endógenos, uma candidatura Programa Operacional Regional do Centro 2020 e também aqui é muito importante referir, numa parceria com o Instituto Politécnico de Viseu que tem na parte florestal custos com bastante relevância e que tem formado técnicos superiores com bastante qualidade;-----

--- Na Proteção Civil, esta questão do fogo controlado, é uma questão que quem se lembra ,a matéria dos fogos florestais era da competência do Ministério da Agricultura e era bastante praticado, a partir do momento em que passou para o Ministério da Administração Interna foi uma questão que foi desmerecendo preocupação, e nós sabemos bem que se nós reduzirmos a matéria combustível no nosso território, vamos, com certeza, reduzir o perigo de incêndios e se ocorrerem incêndios eles serão menos gravosos. Temos, como já foi referido pelo Senhor Secretário Executivo, neste momento 25 técnicos credenciados nesta matéria e esperamos que façam o seu trabalho, aliando-se aos pastores, aliando-se às pessoas que estão no terreno e conhecem bem quais são as áreas que são necessárias para libertar para a pastorícia;-----

--- - "No poupar está o ganho!", é um projeto educativo de literacia financeira envolvendo a comunidade escolar que pretende desenvolver hábitos de poupança e hábitos de consumo responsável e que é um projeto em colaboração com a Fundação Cupertino de Miranda.-----

--- Relativamente ao PRR, aqui foi realçado pelo Senhor Secretário Executivo, penso que do ponto de vista político é importante, partilho da preocupação da CIM relativa à gestão do PRR.

Assembleia Intermunicipal

A gestão do PRR é realizada por 84 organismos intermédios, aprovar candidaturas. Nós há vinte anos tínhamos as câmaras municipais, através da Associação Nacional de Municípios, faziam parte dos órgãos de gestão e dos órgãos de decisão dos fundos comunitários. Neste momento, essa gestão é espartilhada por oitenta e quatro organismos intermédios a aprovar estas candidaturas o que só por si significa quase que uma tese de mestrado para que um técnico, para que uma empresa, ou para que uma autarquia possa fazer as candidaturas. É importante descentralizar, vir para uma decisão mais micro e não uma decisão tão fina, do ponto de vista da Administração Central e aí estamos de acordo com a posição política, tomada pela CIM Viseu Dão Lafões, para que esta matéria do PRR seja mais decidida a nível das CIM's ou a nível das próprias CCDR's, não tanto com esses oitenta e quatro organismos intermédios -----

--- Caro presidente em exercício, caros colegas, estes dados que foram aqui referidos pelo Senhor Secretário Executivo, pelo Senhor Presidente do Conselho e realçados por mim, permitem-nos concluir que a CIM Viseu Dão Lafões, para além de dar continuidade aos projetos que vêm sendo desenvolvidos desde a sua criação, procura novas respostas às necessidades das nossas gentes e do nosso território, numa atitude inconformista, procurando financiamento, estabelecendo parcerias e apresentando candidaturas por forma a conseguir a concretização dessas intenções que resultem em mais-valias para todos nós. Por tudo isto, o Relatório de Gestão da CIM Viseu Dão Lafões relativo ao ano de 2021 merece o nosso voto favorável e o nosso louvor". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: "Queria começar por felicitar a CIM pela sua atividade e pelo Relatório de Gestão que foi apresentado. Trata-se de um relatório de prestação de contas e nós não estamos a aprovar documentos de contabilidade, estamos a fazer votação e apreciação de prestação de contas que é uma apreciação de cariz político, político ao nosso nível de intervenção, e é bom que tenhamos a noção do que isso significa. -----

--- Felicito a CIM e seus órgãos executivos, bem como os seus trabalhadores, pela atividade desenvolvida e porque o relatório que nos é apresentado, em que obviamente, até pela forma como a CIM se organiza, tem o papel essencial do Secretário Executivo. É um relatório completo, por vezes até, para um documento como este, com pormenores que talvez até nem fossem necessários, mas é um relatório tecnicamente bem elaborado e em evidencio um aspeto, que se prende com o problema que referi na última assembleia da excessiva complexidade e pretensa tecnicidade dos documentos de suporte às decisões sobre planos, orçamentos e prestação de contas, que dificultam as decisões dos membros da Assembleia e da generalidade



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Assembleia Intermunicipal

dos cidadãos que os consultem. Provavelmente, desculpem dizer isto, se calhar estou a fazer uma suposição errada, muitos não leram os documentos todos, e a parte final da prestação de contas, onde nos documentos relativos aos movimentos orçamentais, há uma coisa essencial, para nós que estamos aqui, e para o cidadão comum perceber, é que há uma descrição relativa às rubricas e às despesas que se enquadram em cada rubrica e aos movimentos, o que é fundamental para a transparência e o entendimento que as pessoas podem ter da atividade dos órgãos deste tipo. É fundamental para a qualidade da democracia que isto possa ser feito e isto eu queria deixar aqui bem claro. -----

--- Esclareço desde já que votarei favoravelmente este relatório. Aquilo que vou dizer a seguir já não se prende exatamente com o relatório e tenho a noção do que é o papel da CIM e qual é o contexto das suas limitações de atuação e aquilo que são possibilidades de intervenção. -----

A CIM tem desenvolvido um conjunto de iniciativas, que são essas sobretudo que merecem o nosso grande louvor, que são as iniciativas inovadoras e que contribuem diretamente para o combate ao isolamento, e para o desenvolvimento do nosso território. Mas há questões que a CIM não pode ultrapassar porque não tem competências para isso. -----

--- A intervenção do deputado João Tiago no início, refere-se ao problema que eu também tive oportunidade de levantar mais do que uma vez, tendo na Assembleia em Nelas, na altura lançando o desafio com deputados da Assembleia da República presentes o que hoje não acontece, que é necessário e imperioso, de fazer uma reformulação do enquadramento legal do funcionamento da CIM, para dar dignidade aos órgãos e ao papel das pessoas que os integram. Esta é uma primeira questão que queria aqui mais uma vez reforçar. Segundo, deixo aqui duas ou três notas e sugestões, e depois mais uma questão de fundo. Uma, os documentos são-nos mandados com uma password, eu até acho que deve haver todos os cuidados com a segurança informática, só que julgo que estes documentos não precisam disso, por uma razão simples, os documentos de prestação de contas vão ao Conselho Intermunicipal, e a partir do momento em que vão ao Conselho Intermunicipal passam a ser públicos, porque as reuniões do Conselho Intermunicipal são públicas. Por isso julgo que os documentos podem dispensar a password, de que às vezes andamos à procura de qual é, porque já não nos lembramos qual é. Mas isto é apenas uma nota, não desvaloriza nada as questões que têm a ver com o relatório. Depois há aqui uma questão que eu gostaria de referir, que também já referi anteriormente, e foi aqui aflorado e é um passo muito importante, a questão dos BUPi. Começam a surgir neste momento os primeiros resultados de o nível de definição dos mapas utilizados para as pessoas consultarem ser muito baixo para as nossas zonas de minifúndio. Resulta daí confusão em alguns

Assembleia Intermunicipal

registos com a mesma propriedade sendo registada por uma pessoa e depois ser registada por outra por a localização exata não ser possível com os níveis de escala que nós temos nos mapas a que se têm acesso no BUPi. Há equipas e são muito importantes, mas a única forma de resolver este problema, parcialmente, porque inclusivamente muitos dos proprietários nem se sabe já quem são, nem eles sabem onde são as extremas e marcos das propriedades, mas a única forma de dar alguma correção a isto, é pôr uma equipa com gps's de georreferenciação. Pessoalmente já fiz, em relação a algumas pequenas propriedades que tenho, utilizando um telemóvel uma tentativa de localização, mas evidentemente que essa georreferenciação é muito pouco fiável, pelo que seria muito importante ter equipas com o equipamento que referi. -----

--- Os erros de referenciação na nossa região, com a nossa dimensão média de propriedade são importantíssimos, em relação a alguns casos, os erros podem ser correspondentes às áreas totais de algumas das propriedades. Esta é uma questão que precisa de alguma solução para minimizar conflitos e um aparelho de georreferenciação não está propriamente ao alcance de um particular, porque custam muitas centenas ou até milhares de euros para ter qualidade. Daí a minha sugestão de criação de equipas móveis com equipamentos de georreferenciação, com calendarização de ações nas diferentes freguesias, para se avançar mais no cadastro, que aqui deixo. -----

--- Acho muito bem a intervenção na questão do ensino profissional e é uma área que precisa de algum equilíbrio na definição destes critérios. Há que encontrar um equilíbrio entre as necessidades das empresas e aquilo que é a inovação nas formações, porque quando se vai muito só pelas necessidades do levantamento das empresas num determinado momento, corre-se o risco de estar a fazer uma formação que é muito repetitiva e não enquadra todos os vetores da modernização para o futuro. É evidente que é importante que a CIM tenha, e muito bem, tido uma iniciativa de participação nisso. -----

--- Por fim, e que de alguma forma se prende até com coisas que já foram referidas, inclusivamente com o PRR. Eu manifestei na Assembleia de prestação de contas do ano anterior, que foi feita em maio e junho, em Santa Comba Dão, preocupação com a baixa taxa de execução dos projetos municipais com fundos comunitários, execução que não é da responsabilidade da CIM. -----

--- Neste momento a minha preocupação aumentou. Se consultarmos o boletim do Centro 2020, chegamos à conclusão de que no âmbito dos projetos de investimento municipal e que estão com financiamento comunitário aprovado é na área da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, não é a CIM, que há a taxa de execução mais baixa das 8 CIM's da Região Centro.



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Assembleia Intermunicipal

No final de fevereiro a taxa de execução dos projetos aqui na área de Dão Lafões era de 44, 1%, sendo a taxa mais baixa próxima de nós de 52,3%, na região de Coimbra, e aí há o caso do Metro Mondego que está a penalizar algumas execuções. Ora bem, nós estamos em 2022 e o PO Centro 2020 acaba em 2023, se não houver prorrogação. Se as situações se complicarem talvez seja possível negociar com a Comunidade a prorrogação do período de utilização das verbas, mas esta taxa baixa de execução é preocupante, sobretudo porque em cima de todos os problemas que já havia, caiu o covid19 e está a cair a guerra na Ucrânia com todas as suas consequências. Temos a necessidade urgente de acelerar a execução e acelerar é muito difícil de concretizar, pois estamos num problema afilivo de falta de mão-de-obra em grande parte dos setores, e não conseguimos recrutá-la só entre os portugueses e o problema de recrutamento de emigrantes põe-se na competição com os outros países que também beneficiam de fundos comunitários e PRR. E, portanto, eu começo a ficar muito preocupado se nós temos capacidade de execução destes projetos que beneficiam de fundos comunitários. Não sei se a CIM tem alguma informação mais atualizada, mas estou a levantar isto aqui por a CIM ser a unidade intermédia de gestão em muitos destes projetos e se a CIM não pode obrigar a que eles se executem, acompanha, faz apreciações, etc, embora não seja a CIM que tem de executar. Estou preocupado com esses números de execução porque em relação ao Pacto para o Desenvolvimento estamos numa situação parecida. Ora, quando começamos a reivindicar muitos fundos, e é evidente que há aqui uma diferença em relação ao PRR, que são as comparticipações, isso também tem peso, porque é preciso ter disponibilidade para fazer a execução, mas quando começamos a reivindicar muitos fundos e depois não executamos aquilo que já temos à disposição, perdemos capacidade. -----

--- Eu deixo aqui uma nota, se a CIM reivindicar um terminal aeroportuário em Viseu, no âmbito do Pacto Territorial, terá o meu apoio, pois precisamos de ter alguma coisa que diferencie a nossa região e seja compensatória, e ajude a fixar população no interior. São coisas deste género que é preciso fazer andar, mas é preciso executar o resto, porque se não executarmos o resto é difícil reivindicar coisas destas. Esta é a minha preocupação como cidadão da região. A CIM não pode fazer algumas coisas que são outros que têm de fazer, que por vezes lutam com dificuldades difíceis de superar. Deixo-vos a nota da minha preocupação, que acho que é muito premente e só para terminar, digo-vos isto com a preocupação de quem conhece alguma coisa dos fundos comunitários. Diretamente e indiretamente, eu participei na gestão de mais de dois mil milhões de euros de fundos comunitários, quando saí de um serviço que dirigia havia a possibilidade de recorrer à Reserva de Eficiência de Eficácia, desde que no ano n menos um, nós

Assembleia Intermunicipal

tivéssemos atingido a percentagem, o meu serviço atingiu as condições de se candidatar à Reserva de Eficiência no ano n menos 2. Agora estou a ver o contrário e é isso que me preocupa”.

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Parabenizo o trabalho feito pela CIM e pelo seu Conselho Executivo, o Relatório de Gestão merece-nos louvor, merece-nos elogios e há aqui dois o três projetos que me merecem uma consideração, apenas telegráfica, para não sermos extensivos. -----

--- A Revista Beira Alta e o trabalho à volta da mesma, designadamente com a escolha da sua direção técnica e tudo aquilo que está a ser feito. Muitos parabéns.-----

--- Relativamente ao BUPi, até porque fruto da minha profissão recorro com os meus clientes, amiúde, aos serviços prestados, houve uma evolução muito positiva e, portanto, muito obrigada. Obviamente que as especificidades trazidas pelo colega que me antecedeu é um risco inerente ao direito de propriedade e com certeza que irão haver conflitos futuros, poderá, aproveitando a sugestão que o mesmo fez, no futuro construir-se uma solução mais eficaz e rigorosa naquilo que é a georreferenciação, mas de qualquer modo dentro dos circunstancialismos primários que surgiram, a evolução é muito favorável e felizmente que agora conseguimos ter uma resposta mais eficaz e até correta para com os utilizadores e em posição legal. -----

--- Depois parabenizo também o projeto da literacia financeira, *No poupar é que está o ganho*, acho que faz todo o sentido, até fruto da intervenção que a CIM tem feito nas camadas mais jovens e na educação para o futuro. Este é um projeto merecedor de elogios e à semelhança da cooperação feita com a Fundação que indicaram, deixo também aqui a sugestão de aproveitar instituições concelhias e regionais, que já dão resposta nestas matérias, e falo em concreto da Rede de Apoio ao Consumidor Endividado, que é uma rede que tem na região de Viseu, a Beira Amiga como resposta, sediada em Viseu, impulsionada pela Câmara Municipal de Viseu, que é o seu sócio, que com a sua quotização, o seu sócio principal, que potencia a sua atividade diária, apoiada pela Direção Geral do Consumidor, portanto, uma instituição governamental, que tem aqui uma resposta que nestas matérias poderá também constituir uma mais-valia na construção de parcerias futuras. -----

--- Por último, deixo apenas duas questões, que confesso-me leiga na interpretação dos documentos contabilísticos apresentados e não vi nenhuma menção. Viseu tinha um litígio relativamente à Assembleia Distrital e à receção da mesma quanto às quotizações pendentes, se essa questão já está dirimida, esse conflito, e não estando, não sei qual é efetivamente a



Assembleia Intermunicipal

resposta, qual é o enquadramento que estão nestas contas para poder tomar uma posição mais correta e definida em relação ao sentido de voto”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: “De uma forma rápida, tentar dar aqui uma resposta a algumas questões que foram colocadas, antes disso e porque no final da apresentação do ponto do Relatório de Gestão, por lapso me esqueci, e que é mais do que devido, queria obviamente aqui fazer um agradecimento e realçar o trabalho dos funcionários da Comunidade Intermunicipal, estão aqui hoje três chefes de equipa multidisciplinar, e queria também na pessoa deles, do José Carlos Almeida, da Sandra Carvalho e do André Mota, e depois junto das suas equipas, obviamente, porque muito deste trabalho e do sucesso, se deve muito à sua dedicação, ao seu profissionalismo, mas também ao grande compromisso que têm com a instituição e com a região, e não queria também deixar de dar essa nota.-----

--- Indo às questões que foram colocadas, as questões do Senhor Deputado Rui Santos, já numa outra assembleia as colocou, exatamente da mesma forma, e obviamente é uma questão que nós temos, e temos mesma essa preocupação do Senhor Deputado. Este processo tem uma estrutura de missão nacional, tem sido muito a interação, temos feito muitas reuniões de trabalho, exatamente com esta estrutura de missão, sabemos dessas dificuldades, das extremas, dos confinantes. Há uma situação que, de facto é verdade, a RGG e o registo não confere propriedade a ninguém, mas estamos de facto a prever que haja muitos conflitos no futuro. A questão da cartografia e do pormenor da cartografia, tivemos em determinado momento, e eu na altura penso que também já tinha dado essa nota ao Senhor Deputado, “tínhamos” a promessa que iria ser resolvida e que eles tinham conhecimento dessa dificuldade, e que a iriam resolver, temos estado à espera, agora também temos a situação facilitada porque o antigo Presidente da estrutura de missão é hoje também Secretário de Estado, Pedro Tavares, da Justiça, e portanto, também terá agora uma sensibilidade e também terá a oportunidade de tentar junto da nova estrutura de missão resolver essa questão, mas de facto, nós temos uma candidatura comunitária, temos um conjunto de regras, a questão que referiu do GPS era o ideal, e resolvia muitos destes problemas, mas do ponto de vista prático, de execução, de facto não é fácil. Vamos tentando, caminhar, caminhando, indo percebendo as dificuldades, indo tendo uma interação muito grande com as equipas técnicas, nós temos uma gestão de governança no projeto, política e técnica, só para dar nota da política, mensalmente vai este ponto de situação, do BUPi, às reuniões do Conselho Intermunicipal para discutir com os Senhores Presidentes e temos a coordenação técnica, que está na minha dependência própria

Assembleia Intermunicipal

e do gestor de projeto na Comunidade Intermunicipal, com o gestor municipal em cada uma das Câmaras e depois as equipas de cada um dos Municípios. Temos muitas reuniões de trabalho, onde vamos resolvendo os problemas, onde vamos, também, aquela questão do benchmarking, como é que resolveram naquele município e naquele problema, para depois também tentar resolver no outro. Mas temos noção desses problemas, mas vamos fazendo-o sentir à unidade de missão e vamos tentando resolvê-los na medida do possível.-----

--- Outra questão que o Senhor Deputado falou, e que nós partilhamos também da mesma preocupação, é a questão da baixa taxa de execução da região e do Pacto. De facto, os números não mentem e, portanto, o boletim mensal da CCDR. Há aqui algumas questões que de facto, há ali uma taxa de execução que é um bocadinho baixa, devido a um problema técnico que existe relativamente ao grau de compromisso, porque muitos avisos não abriram, houve a transferência de verbas no Pacto, quando o Pacto ainda não estava formalizado, mas de facto estão aqui três Presidentes de Câmara, que sabem desta questão e falamos muito nas reuniões do Conselho Intermunicipal sobre isto, é um problema das empreitadas, dos concursos que ficam desertos, muitos concursos, neste momento, dos municípios e na própria Comunidade Intermunicipal ficam desertos e só não ficam desertos quando o valor base sobe muito lá para cima, para as empresas poderem concorrer. Temos um problema de falta de mão de obra que leva as empresas a não terem mão de obra para irem para o terreno, e muitas vezes vão um mês para um lado, depois vão um mês para outro, depois mexem as equipas, todos os senhores Presidentes sabem exatamente destas questões. -----

--- Continuamos a ter uma situação, que às vezes é complicada, que é a questão dos vistos do Tribunal de Contas, que também atrasa todo esse processo, mas obviamente, o mais importante que se pode aqui dizer desta questão é de facto a monitorização que fazemos desta situação, que é técnica em termos do organismo intermédio, em que fazemos uma monitorização técnica com cada um dos municípios, porque estamos a falar, em que os municípios é que são executores, nomeadamente de perceber porque é que está atrasado, se está consignado, se há pedidos de pagamento, se há autos, fazemos uma grande insistência com os municípios para submeterem os pedidos de pagamento. Esta coordenação técnica chega ao ponto de haver reuniões com os Presidentes de Câmara e com a equipa da Comunidade Intermunicipal para perceber onde é que estão os problemas e onde é que estão, muitas vezes, estas dificuldades. E depois há também a questão, que no próprio Conselho Intermunicipal estas questões são faladas, mas, obviamente, muitas delas, desta baixa taxa de execução, tem a ver com questões nos PEDUS, e com questões nos PARUS, obras também muitas vezes difíceis, tem a ver com

OP
CP



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Assembleia Intermunicipal

política de cidade, mas é um facto que estamos com uma baixa taxa de execução, mas o que eu posso dizer aqui é que a região no passado já deu mostras que consegue executar e estamos convictos, porque sabemos onde é que está o problema, sabemos que algumas questões estão agora a avançar, e estão a avançar a todo o vapor, depois muitas vezes basta uma obra, duas ou três ou quatro obras de um valor muito elevado, que de facto depois o número também se reflete no aumento da taxa de execução. -----

--- Nós sabemos onde é que está o problema, temos junto dos municípios feito exatamente essa mesma interação do ponto de vista técnico, do ponto de vista do Conselho Intermunicipal fazemos exatamente essa análise para que, de facto, a região não pode desperdiçar dinheiro, tem os projetos aprovados, tem os contratos, portanto, estamos certos que vai ser capaz de o conseguir, até porque ainda estamos numa fase de aprovação de projetos, e depois muitas vezes também há esta situação, nós agora estamos numa fase de aprovação de novos projetos, nomeadamente ao nível das escolas, num aviso que fechou a 30 de abril, já do ano passado, e é esta situação que temos, avisos que foram lançados a 30 de abril de 2021, só agora é que estão a ser aprovados, por um conjunto de vicissitudes. Porque o quadro comunitário já está a trabalhar em regime de overbooking, e portanto, só agora é que muitos municípios tiveram algum conforto para lançar procedimentos, para adjudicar, quando têm a certeza que a candidatura vai ser aprovada, e portanto, há muitas obras agora que vão avançar, é uma equação matemática, vamos ter verba comprometido e a execução vai estar a zero em muitos desses contratos. Posso dizer, o Senhor Deputado disse, não há dúvida nenhuma, a execução é baixa, é preocupante também, é de facto das mais baixas ou a mais baixa da região centro, mas está a ser feito esse acompanhamento, sabemos onde é que está o problema e temos a confiança que os nossos municípios vão ser capazes de executar dentro do prazo de execução do PDCT2020 e não desperdiçar verbas nenhuma para a nossa região. -----

--- Há outra questão que também nos preocupa muito do ponto de vista financeiro, que é a questão da revisão de preços, e portanto, nós sabemos da revisão de preços, em que neste momento não estamos a falar da revisão de preços de 5%, 10%, ou 15%, vamos começar a falar de revisão de preços de 25%, 30% e que dificulta muito a gestão de tesouraria das câmaras, porque o que vai acontecer no final do dia é que muitas destas obras não vão ser financiadas a 85%, porque verdadeiramente irão ser financiadas a 60% ou a 65%, porque há uma percentagem da obra que não é financiada porque a revisão de preços tem um valor muito elevado, e essa é outra questão que também nos preocupa muito e que temos vindo a alertar, ainda por cima

Assembleia Intermunicipal

numa situação que estamos a trabalhar em sede de overbooking, em os recursos financeiros são escassos. -----

--- Relativamente a outra questão que também foi colocada pela Senhora Deputada Ana Paula Santana, e relativamente à questão da Assembleia Distrital de Viseu e o litígio, ou a discordância que tem havido todos os anos na aprovação de contas, posso aqui dar nota, e os Senhores Presidentes também podem dar um contributo, obviamente, se assim o entenderem, ele está expresso no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, no ponto específico relativamente a essa questão, damos o ponto de situação do processo, e qual foi a evolução que teve. Portanto, com a entrada deste novo mandato autárquico dos novos Presidentes, voltámos obviamente a discutir esta questão, porque estamos a falar de oito, nove Presidentes em 14 Presidentes de Câmara, obviamente voltámos a discutir e a analisar essa situação, está neste momento mandatado o escritório para tentar trabalhar numa solução, para tentar de vez resolver esta situação, mas há um dado objetivo, este ativo da Assembleia Distrital, as dívidas dos municípios todos que faziam parte da Assembleia Distrital de Viseu, continua a ser classificado como ativo contingente, ele não é certo, não é líquido, e não há certezas de ser exigível e portanto não pode estar no ativo da Comunidade Intermunicipal. Relativamente à expressão de voto, o Senhor Presidente da Câmara de Viseu e Presidente do Conselho Intermunicipal, votou favoravelmente às contas, nesta perspetiva de facto de estamos a fazer um caminho para resolver o problema". -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 39 deputados presentes -----

--- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2022, de acordo com a Informação de Serviço n.º 397/2022, de 12 de abril, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: "A alteração do mapa de pessoal não difere muito, houve uma pequena atualização relativamente aquilo que foi aprovado em orçamento ordinário, simplesmente tem uma atualização na Unidade de Proteção Civil Intermunicipal, relativamente à atualização dos assistentes operacionais da nossa brigada de sapadores florestais e também tem uma atualização na Unidade de Mobilidade e Transportes, da possibilidade de termos mais um posto de trabalho, em função da dimensão do trabalho e da dificuldade técnica que é a gestão desta

97
28



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Assembleia Intermunicipal

unidade. De resto é a única alteração que tem relativamente ao Mapa de Pessoal que foi aprovado em orçamento ordinário".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 37 deputados presentes.-----

-- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2022, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho** e cuja intervenção se transcreve: "De uma forma rápida, temos a nossa proposta de revisão orçamental, com a inclusão do saldo de gerência. Na documentação que foi distribuída aos Senhores Deputados está também uma memória justificativa, um memorando das alterações dessa mesma revisão orçamental, dando nota também que foi feita uma atualização na inscrição da receita do orçamento e também foi feita, obviamente, um conjunto de anulação de receita, visto que em sede de orçamento ordinário estava previsto um conjunto de arrecadação de receita em que acabámos por ainda a receber durante o ano de 2021 e portanto, houve necessidade de fazer essa mesma atualização".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade pelos 37 deputados presentes.-----

--- **Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos:** Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 18 de novembro de 2021 e o dia 8 de abril de 2022, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 13 de dezembro de 2021, de acordo com a Informação de Serviço nº 354/2021, de 10 de maio, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: "Só dar nota que é a tomada de conhecimento, ao abrigo da autorização prévia genérica da assunção de compromissos plurianuais, quer aqueles que foram assumidos já durante o ano em que estava prevista a plurianualidade desses mesmos compromissos ou também, fruto daqueles que por força da execução física e financeira se transformaram em compromissos plurianuais"-----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Mesa



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Assembleia Intermunicipal

deu a sessão por encerrada às vinte horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pela Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

Alene Lindinho
Luís Duarte